

**Intervenção do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas,  
Rodrigo Oliveira na sessão de lançamento do livro “Os Jovens e a Política”**

**Ponta Delgada, 29 de julho de 2015**

Permitam-me que comece por cumprimentar todos presentes e, de um modo muito particular, por dirigir uma saudação, em nome do Presidente do Governo, ao autor José Miguel Bettencourt, bem como o agradecimento pelo honroso convite que lhe foi dirigido para se associar ao lançamento do livro “Os Jovens e a Política”.

Contrariamente ao que estava previsto, um impedimento de última hora impossibilitou a presença do Presidente Vasco Cordeiro, cabendo-me assim a honra de o representar, o que faço aliás com grande satisfação.

*Minhas Senhoras e meus Senhores,*

O livro “Os Jovens e a Política” deve justamente ser perspectivada como uma obra de grande relevância para uma melhor perceção do modo como se relacionam os jovens com a política na sociedade portuguesa contemporânea.

A capacidade de atração ou de empatia da política em relação às camadas mais jovens da população ( à semelhança, aliás, do que acontece em qualquer outra atividade da condição humana ) é, pois, um pressuposto fundamental para o seu rejuvenescimento e com uma importância acrescida, enquanto ciência da governação, da negociação e do diálogo, da compatibilização de interesses com vista à salvaguarda do interesse público.

Para que essa capacidade de interação e o interesse pela política se reforce é necessário que, na prática, consigamos desmontar o mito de que as soluções que a sociedade portuguesa precisa para ultrapassar com sucesso os seus desafios estão totalmente fora da política e de que os mecanismos para as alcançar já não podem ser garantidos pelos partidos políticos, sejam eles de que quadrantes forem.

Para a construção diária deste mito tem concorrido, entre muitos outros fatores, as diversas dimensões de uma sociedade cada vez mais mediatizada, na qual até as matérias mais estruturantes e as políticas mais relevantes são tratadas e abordadas, não raras vezes, de forma supérflua e, outras tantas, mais como um produto de *marketing* do que como soluções fundamentais para a comunidade ou, simplesmente, opções válidas para caminhos a trilhar.

Por isso, a comunicação pública deverá ser, sempre, uma forma e um meio de transmitir uma mensagem relevante e nunca o “alfa e o ómega” da intervenção política, sobre pena de transformar a ação política em entretenimento, ou seja, num logro facilmente detetável pelos cidadãos.

Nesse sentido, um desafio que é transversal à sociedade, mas principalmente aos partidos e agentes políticos, é precisamente o regresso à essência da atividade política, a necessidade imperiosa de mostrar aos cidadãos que o debate e as soluções para os problemas não estão fora da política, mas, pelo contrário, se constroem através da política, enquanto cidadania ativa e responsável, desde o nível local, passando pelo regional e até às componentes nacional e europeia.

A tentação na qual não podemos cair ( mesmo que, porventura, pareça o alibi perfeito ), é a de considerar que o problema reside exclusivamente nos partidos ou no sistema político ou mesmo a de imputar todas as culpas na consideração de um mundo globalizado e mediatizado, que abstrai e desvia a atenção dos cidadãos do essencial.

A verdade é que os cidadãos estão interessados e disponíveis para que os agentes políticos lhes garantam as respostas devidas, mas, mais do que isso, que lhes apresentem soluções, mesmo de alteração do funcionamento do regime, desde que signifiquem o aprofundamento da democracia, o reforço da transparência, em suma, que os aproxime da política.

Basta, para isso, verificar as conclusões do estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, realizado por Pedro Magalhães e Jesus Sanz Moral.

Esse estudo é claro quando refere – cito – *“os portugueses são claramente favoráveis a medidas que aumentem a presença de mulheres na vida política, criem novos mecanismos de participação, personalizem o sistema eleitoral e introduzam mecanismos de democracia direta ou semidirecta. Esse apoio é mais intenso que no caso espanhol, traduzindo, eventualmente, a maior insatisfação dos portugueses com o funcionamento atual da sua democracia. Os jovens não se distinguem particularmente dos mais velhos a este nível, a não ser ao revelarem-se mais apoiantes da democracia direta”*.(fim de citação)

Parece, pois, claro que os portugueses estão à espera que os partidos os satisfaçam com soluções adequadas, estruturadas e exequíveis no tempo em que vivemos, modernizando, por essa via, a participação cívica e democrática.

E se é verdade que este desafio é colocado a nível nacional e mesmo europeu, é também verdadeiro que, passadas quatro décadas, é necessário fazer o debate sobre a criação de condições que permitam que a Autonomia continue a ser o projeto que motivou e inspirou gerações de Açorianos.

O facto de o percurso já feito ser amplamente positivo nas mais variadas áreas, não significa, porém, que este seja um processo intocável e sem riscos futuros.

Não nos referimos tanto às incompreensões, às desconfianças e às querelas que, incompreensivelmente, a Autonomia ainda gera no país, em relação às quais os Açorianos têm sabido, com maior ou menor dificuldade, dar a resposta à altura, sempre que isso foi necessário.

Falamos, sim, dos riscos que, porventura, derivam de se dar por adquirido, aqui nas nossas ilhas, que esta Autonomia, no futuro, nunca poderá ser colocada em causa por quem quer que seja, ou sofrer, mesmo, um revés que a diminua na sua amplitude e competências.

É preciso ter sempre presente que as novas gerações, passadas cerca de quatro décadas, só conhecem esta vivência insular norteadas por uma Autonomia que, mesmo com muitos desafios e obstáculos, garantiu níveis de bem-estar e progresso incomparavelmente superiores aos verificados até então.

É certo que, a prazo, a defesa e a evolução da Autonomia será uma tarefa que as novas gerações de Açorianos terão de tomar a seu cargo, a quem caberá definir o caminho a seguir.

Estamos, pois, num momento crucial para assegurar o futuro deste projeto autonómico, já que o sentido de responsabilidade que a atual geração conseguir inculcar na ação política será determinante para a visão e para o empenho que as futuras gerações de Açorianos terão em relação à Autonomia.

Não há outro caminho: ou a atual geração faz por honrar o legado autonómico que recebeu da geração anterior, inculcando, por essa via, valores e sentimentos autonómicos nas futuras gerações, ou poderemos estar a contribuir, muitas vezes inconscientemente, para o afastamento gradual da geração nascida em plena Democracia da política e, por consequência, da Autonomia.

A solução para melhor Autonomia não está, como historicamente nunca esteve, fora da política, mesmo que isso hoje possa parecer – demagogicamente, é certo - atrativo para alguns.

Está, sim, dentro e com a política, enquanto função nobre e missão de serviço e ao serviço daqueles a quem se destina, seja ela corporizada nos moldes mais tradicionais dos partidos políticos ou, complementarmente, em novos movimentos gerados pela sociedade.

Teremos todos pois de saber como vamos rejuvenescer a Autonomia, como a vamos tornar atrativa para a nova geração de Açorianos que terá a seu cargo o desígnio de a defender e aprofundar.

Temos, pois, todos – agentes políticos e partidos, instituições representativas, parceiros sociais e económicos – que assumir, com a necessária coragem política, a defesa do legado Autonómico.

Um legado que, apesar das diferenças que naturalmente existem no saudável e desejável confronto de ideias, é sinónimo de consenso político e de paz social.

Um legado cuja defesa não se pode nem deve limitar-se à contemplação das conquistas do passado, mas antes nos convoca e interpela sobre os desafios que temos no presente e as soluções e objetivos que, como sociedade, queremos atingir no futuro.

Uma das formas de honrar este legado é, pois, a de reforçar as condições para que os jovens Açorianos encontrem na Autonomia as soluções e as respostas concretas para os seus anseios e para as suas aspirações, sendo esta, porventura, a melhor forma de rejuvenescer a nossa Autonomia e de, simultaneamente, assegurar que este projeto de vivência coletiva estará em boas mãos no futuro.

*Minhas senhores e meus senhores,*

O livro que hoje aqui é apresentado tem a mais-valia de incluir a reflexão, pelo autor e por diversas personalidades de vários quadrantes, sobre estes relevantes temas e constitui, pois, um importante contributo para o reforço deste debate na sociedade portuguesa.

Endereço, assim, as minhas felicitações ao seu autor, José Miguel Bettencourt, pela feliz iniciativa de investigar e analisar, com nível científico, o fenómeno da relação entre os jovens e a política, fazendo votos que este trabalho possa contribuir para um aprofundamento da democracia no país e na Região.

Muito obrigado peça vossa atenção.

Ponta Delgada, 28 de julho de 2015

Rodrigo Oliveira

Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas